



Foto Sérgio Borges — Telefoto Estado

Fragelli chega para a sessão de abertura

Programas sociais não faltam. Falta execução

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A expansão do emprego, da oferta de escolas, dos serviços de saúde, dos programas de alimentação, da habitação e a distribuição de terras através da reforma agrária constituem a linha mestra do programa de prioridades sociais que o governo instituiu em 1985 e se compromete a dar continuidade este ano. "O combate à pobreza", diz a mensagem do presidente da República, "é as desigualdades sociais exigem esforço permanente do governo a fim de que os mais pobres passem a apropriar-se, em escala crescente, dos benefícios do desenvolvimento econômico".

A luta para superar a pobreza, na concepção do governo, começa pela expansão do emprego. Para cumprir essa meta, o presidente disse que é preciso manter o processo de desenvolvimento deflagrado em 1985 e assegurar o crescimento do Produto Nacional à taxa mínima de 6%, para que sejam criados, pelo menos, 1,4 milhão de empregos novos por ano.

A concretização do programa pressupõe, porém, a eficiência das instituições do governo nas áreas da saúde, abastecimento, educação, habitação, previdência, assistência social, justiça e segurança pública. Para atender a todas as áreas foram criados vários programas. O Programa Nacional da Reforma Agrária pretende assentar, em 1986, 150 mil famílias. Para atender ao Nordeste, onde a concentração da pobreza é mais intensa, foi criado o programa de apoio ao pequeno produtor rural, para torná-lo autônomo e assegurar-lhe a subsistência básica. Neste ano, a principal atividade é o trabalho de cartografia de 22 milhões de hectares, beneficiando 234 mil produtores, e a redistribuição de 1,2 milhão de hectares a 47.700 famílias. Foi ainda criado o Programa de Irrigação, que prevê, até o final de 86, o término de obras em 93 mil hectares, criando 210 mil empregos indiretos e produzindo 40 mil toneladas/ano.

Para o atendimento direto das necessidades fundamentais, foi ampliado o Programa de Merenda Escolar, que vai atender, este ano, a 25 milhões de crianças matriculadas nas escolas públicas, de sete a 14 anos, e mais cinco milhões de menores, de quatro a seis anos, durante 270 dias. A modernização do abastecimento será feita com o Programa

de Abastecimento Popular (PAP), o qual distribui gêneros de primeira necessidade aos pequenos varejistas, que revendem, a preço fixo, aos consumidores da periferia. Em 1985, o PAP funcionou em 17 grandes cidades, atendendo a 3,9 milhões de consumidores, distribuindo, nesse período, 16,5 mil toneladas de alimentos. Em 1986 esse programa será ampliado e atingirá dez milhões de consumidores pobres. Outro programa implantado se destina à suplementação alimentar para as gestantes, nutrízes e crianças da primeira infância, já estabelecido em 1.136 municípios. Neste ano atenderá a dez milhões de mães e crianças da área carente. O mais recente programa de alimentação é o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes, que atende aos menores de até sete anos, das famílias de renda inferior a dois salários mínimos. Ainda para este ano está programado o atendimento de 1,5 milhão de crianças, que receberão 246 milhões de litros de leite.

Na área da saúde o governo tentará reduzir a mortalidade infantil e aumentar a esperança de vida da população, por meio da melhoria da rede básica de atendimento, ampliação das unidades de saúde e equipamento de postos, centros de saúde e unidades mistas. Além disso, na área de doenças transmissíveis será intensificado o esforço para a erradicação da malária, da poliomielite e da raiva e para o controle da doença de Chagas, do sarampo, do tétano, entre outras. O saneamento básico também deve crescer, especialmente nas áreas carentes e de periferia. Para este ano está prevista a construção de 152 mil novas moradias e de redes de água e esgoto para cerca de 400 mil famílias, em áreas urbanas, e a ampliação da oferta nas áreas rurais. Para conseguir isso, será estimulado o programa de lotes urbanizados, de autoconstrução e melhoria das habitações e de obras de infra-estrutura.

Depois de conseguir um superávit na Previdência, em 1985, o governo abriu o ano de 86 lançando o programa "Primeiro as Crianças", destinado a aprimorar o desenvolvimento físico, psíquico e social das crianças de até seis anos, integrantes de famílias com renda abaixo de dois mínimos. Na primeira fase atenderá a 77 municípios das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador e às capitais dos Estados nordestinos, além do Norte de Minas e da baixada Fluminense. Paralelamente a esse programa, há o reforço alimentar às creches, com recursos da União.